

Quem somos?

A Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul é responsável pela representação judicial e extrajudicial do Estado, bem como pela consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo Estadual. Além de suas funções institucionais, reafirma seu compromisso com a privacidade e a proteção de dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Quais dados coletamos?

Fornecidos pelo titular: nome, CPF, RG, endereço, telefone, e-mail, dados bancários, informações profissionais, etc.

Coletados automaticamente: endereço IP, tipo de navegador, páginas acessadas, *cookies* e tecnologias similares.

Obtidos de terceiros: dados repassados por entidades públicas ou privadas para cumprimento de obrigações legais.

Sensíveis: dados como origem racial ou étnica, convicção religiosa, dados de saúde, biométricos, de crianças, adolescentes e idosos, tratados com base em hipóteses legais (artigos 7º e 11 da LGPD).

Com quem compartilhamos seus dados?

Órgãos públicos: para obrigações legais, políticas públicas ou defesa do Estado.

Prestadores de serviços: empresas contratadas para apoio técnico ou consultivo.

Autoridades: judiciais ou administrativas, quando legalmente exigido.

A PGE/MS também compartilha dados no contexto de políticas públicas, contratos, convênios e instrumentos congêneres, respeitando os princípios da LGPD.

Para quais fins utilizamos seus dados?

Administrativo: gestão de pessoal (Procuradores, servidores, estagiários, residentes, etc.).

Representação judicial e extrajudicial: atuação em processos judiciais e administrativos.

Consultoria jurídica: apoio jurídico ao Poder Executivo Estadual.

Cumprimento de obrigações legais: atendimento a normativos legais.

Comunicação: informações sobre serviços e atividades institucionais.

Aprimoramento institucional: análises para melhoria dos serviços prestados.

Como garantimos a segurança dos dados?

Adotamos medidas técnicas e organizacionais para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizado, uso indevido, alteração ou destruição.

Qual o direito dos titulares dos dados?

Acessar dados pessoais coletados.

Corrigir informações incorretas ou desatualizadas.

Excluir dados inadequados ou tratados ilegalmente.

Discordar do uso de seus dados em determinadas situações.

Autorizar que seus dados sejam enviados a outro fornecedor.

Informar sobre as entidades com as quais os dados são compartilhados.

Cancelar o consentimento, quando aplicável.

**Seus dados,
seus direitos,
nosso compromisso!**



Fique atento!

Em caso de dúvidas ou queira exercer seus direitos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (arts 9º e 18), acesse



falabr.cgu.gov.br

